A INVIOLABILIDADE DO DOMICÍLIO E OS LIMITES IMPOSTOS PELA LEGISLAÇÃO EM CASOS DE FLAGRANTE DELITO

Autor(res)

Kenio Barbosa De Rezende
Thauany Vieira Dos Santos

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

A proteção da moradia é um direito fundamental assegurado pela legislação nacional, preservando a intimidade e a proteção dos cidadãos em sua residência. Entretanto, tal direito não é absoluto e pode ser restringido em certas situações, especialmente durante o cometimento de ilícitos penais. É relevante analisar como a legislação define tais limites e sua aplicação prática pelos órgãos competentes. Vamos aprofundar neste assunto e nos desafios que surgem ao equilibrar os direitos individuais com a necessidade de combater o crime.

Objetivo

A finalidade dessas restrições é equilibrar a preservação da privacidade do lar com a eficácia da justiça e a prevenção de delitos.

Material e Métodos

A metodologia empregada na elaboração deste texto incluiu a análise dos princípios constitucionais pertinentes, como a garantia da inviolabilidade do lar, e das situações em que esse princípio pode ser excepcionado, especialmente em casos de flagrante delito. Adicionalmente, levou-se em conta a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) relacionada ao tema, visando proporcionar uma visão abrangente e atualizada da discussão. A estrutura do texto foi planejada de modo a destacar os pontos essenciais dessa questão, ressaltando a importância do equilíbrio entre a preservação dos direitos individuais e a eficácia das investigações criminais, com base nas posições e decisões do STF.

Resultados e Discussão

O papel desempenhado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) é fundamental na interpretação e implementação das leis referentes à inviolabilidade do domicílio e aos limites nos casos de flagrante delito no Brasil. Embora o STJ e o STF tenham competências distintas, ambos os tribunais colaboram consideravelmente para o esclarecimento dessas questões. Abaixo estão alguns aspectos passíveis de serem debatidos em relação à postura adotada pelo STJ:

Interpretação da Legislação: Cabe ao STJ a tarefa de interpretar leis federais infraconstitucionais e de uniformizar

sua aplicação em todo o território nacional. Isso engloba as normas relativas à inviolabilidade do domicílio e aos casos de flagrante delito previstos no Código de Processo Penal e em outras legislações.

Direitos Fundamentais e Princípios Constitucionais: O Superior Tribunal de Justiça também analisa a ponderação entre a garantia da inviolabilidade do lar, um direito fundamental assegurado pela Constituição.

Conclusão

A conclusão da discussão sobre a inviolabilidade do domicílio e os limites definidos pela legislação em casos de flagrante delito envolve a busca por um equilíbrio delicado entre a salvaguarda dos direitos individuais e a necessidade de combater o crime. O papel crucial desempenhado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) nessa situação é estabelecer diretrizes claras e garantir a correta aplicação da lei, respeitando princípios fundamentais.

Referências

https://dspace.uniceplac.edu.br/bitstream/123456789/445/1/Maria%20Teresa%20Dias%20Lira_0004518.pdf

https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verPronunciamento.asp?pronunciamento=9820340

https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-inviolabilidade-de-domicilio-e-a-busca-e-apreensao-como-meio-de-prova/795241034

https://www.conjur.com.br/2017-abr-30/romulo-moreira-stf-enfim-acerta-quanto-inviolabilidade-domicilio/

https://www.mprj.mp.br/documents/20184/2490901/Carlos%20Andresano%20Moreira.pdf

3ª MOSTRA CIENTÍFICA

Anhanguera

Anais da 3ª MOSTRA CIENTÍFICA DAS FACULDADES ANHANGUERA – BRASILIA – DF, 3ª edição, Brasília- DF, 2024. Anais [...]. Londrina, Editora Científica, 2024. ISBN 978-65-01-33529-2